

## RESENHA

Book Review

### SISTEMA DECISÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA<sup>1</sup>

*Clarissa Franzoi Dri<sup>2</sup>*

A obra “Sistema decisório da União Europeia”, lançada em português em 2011, oferece aos leitores brasileiros e latino-americanos uma visão atual, pragmática e crítica do funcionamento da integração europeia. Traduzida do francês (*Le fonctionnement de l’Union européenne*, Éditions de l’Université de Bruxelles, 2011, a ser publicada também em inglês pela Palgrave Macmillan), a obra é o resultado de anos de pesquisa e ensino dos autores no campo dos estudos europeus. Concebido principalmente para fins didáticos, o livro deve interessar professores e estudantes de graduação e pós-graduação que buscam um panorama histórico e político dos altos e baixos da experiência regional mais estudada até hoje.

Por que, em um dado momento do século XX, os Estados europeus decidem abrir mão de sua soberania e se unir para a elaboração de certas políticas públicas? Os autores mostram que a história da integração europeia, ao invés de responder a um projeto minuciosamente planejado, caracteriza-se por uma série de eventos mais ou menos aleatórios, guiados em grande parte pelas conjunturas políticas nacionais e por acontecimentos imprevistos. Como é possível a tomada de decisão entre autoridades de 27 países diferentes, com línguas, interesses e concepções de mundo por vezes contraditórias? A obra expõe sem receios a complexidade da organização institucional e funcional da União Europeia (UE), que a torna muitas vezes incompreensível aos olhos

---

<sup>1</sup> BRACK, Nathalie; COSTA, Olivier. Sistema decisório da União Européia. Porto Alegre, Sulina, 2011, 270p. [ISBN: 978-85-205-0635-6]

<sup>2</sup> Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. clarissadri@yahoo.com.br

do cidadão. Com um Parlamento diretamente eleito, uma Comissão que ainda guarda o monopólio da iniciativa legislativa, um Conselho de Ministros que prefere se comparar a um governo do que a uma câmara alta legislativa e um Tribunal de Justiça por vezes federalista, a UE não é uma máquina simples a funcionar.

Com o passar das décadas, períodos de entusiasmo revezaram-se frequentemente com fases de crise ou estagnação. Assim, a rejeição do Tratado de Lisboa na Irlanda em 2008 não surpreendeu os eleitores dinamarqueses que rejeitaram o Tratado de Maastricht em 1992; o abandono do projeto da Constituição Europeia em 2005 retoma a crise ensejada pela rejeição da Comunidade Europeia da Defesa em 1954; a alegada falta de solidariedade do Reino Unido durante a atual crise econômica contribui para explicar sua adesão à Comunidade apenas após a morte do ex-presidente francês Charles de Gaulle em 1970; vale mencionar também a persistente tolerância dos alemães para com a situação econômica de seus vizinhos, alimentada sem dúvida pela sombra das consequências da II Guerra Mundial.

O livro é organizado em três capítulos. O primeiro aborda as principais fases da integração europeia, chegando até a implementação do recente Tratado de Lisboa. O segundo descreve seu complexo e dinâmico sistema institucional, refinado no decorrer dos anos e em constante evolução. Finalmente, o terceiro capítulo analisa de modo detalhado os diferentes procedimentos de tomada de decisão. Aqui são estudadas as competências da UE, as principais políticas públicas regionais e o processo de elaboração da agenda europeia. Sempre em linguagem direta e informal, os autores trazem exemplos concretos, ressaltam fatos inusitados e fazem questão de colocar em evidência os interesses dos atores e as contradições inerentes ao sistema.

A União Europeia tem se mostrado um ator central no atual contexto de crise econômica mundial, que prosperou em solo europeu e ali faz Estados de refém. Mas é também na Europa que as principais alternativas à crise têm sido gestadas. Se, por um lado, Grécia, Itália, Portugal e Espanha são as vítimas da vez, por outro a dupla franco-alemã não renunciou ao seu papel de liderança e intensificou contatos visando à gestão conjunta das soluções. Na Islândia, a participação popular vem guiando a recuperação da economia, enquanto que a taxação das operações financeiras vem sendo defendida

até pelo governo liberal de Nicolas Sarkozy. É difícil, assim, compreender os caminhos da situação econômica internacional sem entender os mecanismos, formais ou simbólicos, que regem a união ou a desunião dos europeus. Pode-se inclusive arriscar afirmar que o regionalismo na Europa é um fenômeno mais tendente à perenidade do que se supõe e que ele continuará a fomentar a formação de uma “potência democrática mundial”, influenciando de modo decisivo as relações internacionais.

*Artigo recebido dia 11 de Novembro de 2011. Aprovado em 08 de Dezembro de 2011*